

prolongado e inadequado. A superlotação afeta negativamente as liberdades nutricional, sanitária, ambiental, comportamental e psicológica dos animais, afetando negativamente seu bem-estar e adotabilidade. O trabalho foi delineado para diagnosticar os fatores que potencialmente podem afetar o bem-estar dos gatos de um abrigo, como parte de um projeto realizado durante a disciplina de Medicina Veterinária do coletivo da Universidade Federal do Paraná. Em todos os gatis (n=24) foram avaliadas: a densidade de gatos; o número de camas, caixas de areia, arranhadores, comedouros e bebedouros; o acesso à luz; a proteção das condições climáticas; a verticalização do espaço; a limpeza do ambiente; e o acesso a tratamento médico-veterinário. Posteriormente foram amostrados seis gatis, referentes a 25% do universo total; também amostras aleatórias de 30% dos animais em cada gatil para avaliação individual composta por avaliação comportamental (resposta do animal quanto a interação inter e intraespecífica) e avaliação física (escore corporal; presença de lesões de pele e de secreção oculonasal). Quanto à densidade nos gatis, 16,6% (n=4) possuíam a metragem mínima recomendada para abrigos de 0,8 m² por animal, considerado adequado pela literatura; 21% (n=5) era inferior a 0,5 m²; apenas 21% (n=5) gatis possuíam pelo menos uma cama por animal. A proporção de caixas de areia por animal nos gatis variou de 1:1 até 1:6, inferior ao recomendado. Um total de 29% dos gatis não possuía arranhadores ou qualquer outro brinquedo. A distribuição de comedouros variou de 1:0,8 até 1:5,7 e bebedouros de 1:2,5 e 1:5,7, sendo o indicado no mínimo 1:1. Avaliação individual foi realizada em 25 gatos, dos quais 67% (n=16) apresentaram comportamento de fuga ou não interagiram com a aproximação de humano e até mesmo de sua própria espécie; 33% (n=8) apresentavam dermatopatias, peso abaixo do ideal e secreção ocular. A estrutura física estava em bom estado de conservação, com cortinas de plástico para proteção contra intempéries, permitindo acesso ao sol por todos os animais. No entanto, a alta densidade e o inadequado número de recursos básicos fornecidos como caixas de areia, camas, comedouros e bebedouros, como também a falta de enriquecimento ambiental, são fatores que interferem negativamente no bem-estar dos animais. O conjunto desses fatores prejudica a situação de vida dos gatos, levando ao estresse crônico, dificultando sua adotabilidade e aumentando a possibilidade de apresentação de problemas comportamentais e de saúde. É imperiosa a capacitação dos mantenedores para as necessidades dos felinos e para o gerenciamento adequado de um abrigo, para melhorar as condições de manutenção e o bem-estar dos animais.

71 CONHECIMENTO SOBRE ZOONOSES EM UMA AMOSTRA DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

SANTOS, C. P.¹; ALMEIDA, R.²; ZANELLA, A.³; CAPITANIO, L.¹; CANTO, J. I.³; ALVES, L. P.³

¹ Médicas-Veterinárias graduadas pela Universidade de Passo Fundo (UPF).

² Acadêmico (a) do curso de Medicina Veterinária (UPF).

³ Professor da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Passo Fundo (UPF).

A escola é considerada um local apropriado para o desenvolvimento de projetos visando a adoção de medidas educativas e preventivas, no contexto da saúde pública. Considerando esse contexto, o trabalho foi delineado para avaliar o conhecimento sobre zoonoses de uma amostra de professores do ensino fundamental I e II de escolas municipais da cidade de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Foi

realizada uma pesquisa transversal quantitativa com o emprego de um questionário a 18 professores pertencentes a duas escolas municipais. O questionário aplicado continha perguntas referentes à formação acadêmica, tempo de docência, conhecimento do termo zoonose, informações sobre as doenças toxocaríase, raiva, leptospirose, toxoplasmose, “bicho do pé” (tungíase) e escabiose, além da fonte de aquisição desses conhecimentos. Dentre os entrevistados, 94,4% eram pós-graduados; o tempo de docência era entre 20 e 25 anos (50% dos entrevistados), 10 e 20 anos (44,5%) e menos de 10 anos (5,5%). Destes, 77,8% responderam que não conheciam o termo “zoonose”; 88,9% não apresentaram informações corretas sobre as doenças informadas; 77,8% não responderam a fonte utilizada para a obtenção de informações e 22,2% citaram a internet. Os resultados obtidos indicaram que, embora a escola tenha um papel fundamental como instituição responsável pela disseminação de informações sobre saúde, muitos professores ainda não estão preparados para abordar o tema “zoonose” em aula.

72 CONTRIBUIÇÃO DO VER-SUS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL MÉDICO-VETERINÁRIO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

VASCONCELLOS, J. S. P.¹; SANGIONI, L. A.²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: jainevasconcellos@hotmail.com

² Doutor do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva (UFSM).

O Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, necessita de profissionais preparados e capacitados para atuar na rede de saúde, especialmente em saúde pública. Nesse cenário, o desenvolvimento de projetos que estabeleçam novas estratégias de ensino-aprendizagem é imprescindível. O trabalho foi delineado para fomentar a discussão a respeito da formação técnica do médico-veterinário, ressaltando a importância de se ampliar a associação entre o modelo clássico de ensino expositivo com ações práticas que propiciem vivências interdisciplinares, especialmente desenvolvidas em formatos que priorizem a extensão. Para tanto, uma médica-veterinária, estudante de pós-graduação em Medicina Veterinária da UFSM, participou do Projeto Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde do Brasil (VER-SUS), na condição de vivente. A vivência foi ofertada pelo Ministério da Saúde juntamente com a Associação Brasileira da Rede Unida e a Rede Governo Colaborativo em Saúde. O projeto foi realizado no município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, na edição 2015/2, no formato de atividade de extensão, com carga horária total de 168 horas, no período de 20 de junho a 2 de agosto de 2015. Foram realizadas visitas aos serviços de saúde de Santa Maria e região, palestras com profissionais que atuam no SUS e rodas de conversas. Todas as atividades foram posteriormente debatidas em grupos menores, denominados de núcleos base (NB), norteados por um estudante facilitador. Durante a vivência os estudantes ficaram acampados no *Campus I* da UFSM. Dessa forma, viventes e facilitadores dedicavam-se integralmente às atividades práticas, aprimorando seus conhecimentos sobre o SUS, o que permitiu o contato com as reais limitações e problemas enfrentados pelo sistema. O projeto permitiu que os viventes tivessem a possibilidade de inserção interdisciplinar e multiprofissional que é indissociável às práticas de saúde pública. São inúmeras as contribuições da Medicina Veterinária para a saúde humana, e incluem o controle e vigilância em saúde, especialmente das zoonoses, a inspeção de alimentos, a vigilância sanitária e o controle de pragas e vetores. Sua formação básica nas ciências biomédicas qualifica o profissional para desempenhar muitas funções adicionais na saúde pública, que incluem: epidemiologia, habilidades e competências

nos laboratórios de saúde pública e saneamento ambiental. Um ponto a ser considerado deve ser o fortalecimento e estímulo ao ensino de saúde pública na graduação em Medicina Veterinária, não apenas melhorando os canais de comunicação interprofissional, mas assegurando uma boa formação para profissionais interessados na área. Os atuais modelos biomédicos, subordinados aos interesses econômicos que beneficiam o privado em detrimento do público, colocam em queda a qualidade da formação. O VER-SUS permite uma visão diferenciada desses modelos, objetivando a formação de trabalhadores eticamente comprometidos com o SUS, suas diretrizes e seus princípios, e que se entendam como agentes capazes de promover e transformar a sociedade que os cerca. Dessa forma, a conclusão obtida foi da necessidade da revisão de as práticas que visem à formação do médico-veterinário capacitado não apenas para atender às demandas de mercado, mas também para atender às demandas sociais. Sugere-se que atividades de extensão tornem-se obrigatórias nos currículos dos cursos de graduação, tendo em vista que projetos como o VER-SUS contribuem de maneira focal para a formação técnico-política dos graduandos.

73 PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS ATENDIMENTOS ANTIRRÁBICOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE ELTORADO DO SUL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL.

GARCIA, D. M.ª; LEMOS, A. B.ª; BERWANGER, A. D.ª; ALVES, R. G.ª

¹ Setor de Vigilância em Saúde da Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul/RS. E-mail: vigilanciasaude@eldorado.rs.gov.br.

A raiva é uma das principais zoonoses que acompanham a trajetória humana, e seu agente etiológico pertence à família Rhabdoviridae e ao gênero *Lyssavirus*. O hospedeiro e reservatório do vírus da raiva é o animal infectado que o transmite aos humanos, por meio de mordedura, arranhadura e ou lambedura. Recentemente houve a intensificação das ações de Vigilância Ambiental e Epidemiológica para o controle e profilaxia da raiva no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em virtude de diversos focos de raiva herbívora e do diagnóstico de raiva em felinos, o que motiva um melhor conhecimento sobre atendimentos antirrâbicos realizados em humanos. O trabalho foi delineado para conhecer as principais características do perfil epidemiológico dos atendimentos antirrâbicos humanos efetuados no município de Eldorado do Sul, no Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 2013 e 2015. A pesquisa foi realizada na Secretaria Municipal de Saúde do município no setor de Vigilância em Saúde e a fonte de dados utilizada foram as fichas individuais de notificação de atendimentos antirrâbicos humanos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação Compulsória (Sinan). Durante o período de estudo foram realizados 417 atendimentos antirrâbicos no município. Do total de pacientes atendidos, 52% (216) eram do sexo feminino, e 24,5% (102) dos atendidos foram crianças entre 01 e 10 anos de idade. A mordedura foi o tipo de exposição mais frequente (82%). Em relação ao local, mãos e pés foram os mais atingidos (36%), provavelmente devido ao fato de a pessoa agredida se defender dos animais ou até mesmo no momento de tocar o animal. Cabeça e pescoço foram notificados em 50 casos (12%), relacionados com acidente de maior gravidade e, na maioria dos casos, em crianças. Em 83% das notificações a espécie agressora foi a canina, 7% felinos, 2,4% em herbívoro doméstico e 1% em morcego. Foram classificados como sádios 59% dos animais. Quanto ao tratamento indicado ao paciente humano, 49% foram observados e vacinados (205). Pelas características do tipo de exposição do paciente, a localização da lesão e as próprias condições do animal, em muitos casos foi recomendada apenas a observação do cão ou gato. O tratamento com soro e vacina, que é recomendado para casos de acidentes mais graves, foi prescrito em 5% dos pacientes, e muitos

desses relacionados com crianças. Pelos resultados obtidos, a ocorrência em crianças é preocupante, apontando para a necessidade de uma maior supervisão por parte de adultos e de orientação da criança e seus responsáveis. Em relação a ficha de atendimento antirrâbico humano do Sinan, que foi utilizada no trabalho, a equipe da Vigilância em Saúde do município constatou que ela não inclui dados sobre o animal agressor. Dessa forma, foi criada uma ficha complementar que insere informações importantes, como a condição de vida do animal domiciliado, semidomiciliado ou errante, calendário de vacinação, raça e porte do animal. Com essas informações, o médico-veterinário tem a possibilidade de implantar um trabalho de educação em saúde e de efetuar o acompanhamento dos atendimentos antirrâbicos, uma vez que ele deve acompanhar tecnicamente o animal suspeito, encaminhar material para exame e também orientar medidas para a prevenção de novos acidentes com animais, com abordagem sobre bem-estar animal e posse responsável, o que possivelmente reduzirá o número de notificações de atendimentos antirrâbicos em humanos.

74 ATIVIDADES DO MÉDICO-VETERINÁRIO NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

GARCIA, D. M.ª; LEMOS, A. B.ª; BERWANGER, A. D.ª; ALVES, R. G.ª; SILVA, L. S.ª

¹ Setor de Vigilância em Saúde da Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul/RS. E-mail: vigilanciasaude@eldorado.rs.gov.br.

A Vigilância em Saúde é uma das áreas de atuação do SUS que dispõe de um conjunto de ações tendentes a eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, que deve integrar-se com as ações de atenção básica, como a Estratégia de Saúde da Família (ESF). Essa atividade de promoção à saúde vai de acordo com a Carta de Ottawa, de 1996, que inclui o fortalecimento das ações comunitárias, a criação de ambientes saudáveis e a reorientação dos serviços de saúde, o que contribui para o reforço da consciência sanitária dos profissionais em saúde e da população. Com a inserção do médico-veterinário para compor o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), através da Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, existe uma oportunidade aberta. O trabalho foi delineado para conhecer as possibilidades de inserção do médico-veterinário dentro da realidade dos dois ESF do município de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, o que corresponde a uma cobertura de 20% da população. Foi aplicado um questionário sobre assuntos que envolvem a Vigilância em Saúde e foram sorteadas aleatoriamente 51 residências (3% do total de famílias) e realizadas diversas perguntas aos moradores sobre vigilância sanitária e ambiental, conhecimentos sobre doença transmissível por alimento (DTA) e Zoonoses. Dos 51 questionários respondidos, 37 (72%) disseram que sabiam o que é a Vigilância Sanitária e 28 residentes (55%) conheciam o documento do Alvará Sanitário. Doze (23%) responderam que tiveram suspeita de DTA, com os principais sintomas, em ordem decrescente de importância: diarreia, vômito, dor abdominal e dor de cabeça. Desses moradores que afirmaram ter um episódio de DTA, 6 (50%) afirmaram que dois ou mais membros da família adoeceram, o que pode caracterizar a subnotificação de surto de DTA. Na área de Vigilância Ambiental, com enfoque nas zoonoses e doenças negligenciadas (não notificáveis), o resultado do questionário foi: a) a respeito dos ectoparasitos, 47% dos moradores afirmaram que já tiveram problemas com infestação de carrapatos; 27% já tiveram problemas com pulgas; 12%, com *Tunga penetrans* (bicho-de-pé); 10% tiveram alguém da família com infestação por larvas de *Cochliomyia hominivorax* (bicheira); e 6% tiveram infestação pela larva de *Dermatobia hominis* (berne); b) sobre os animais sinantrópicos, 53% da população afirmou que já teve problema com ratos; 18%, com pombos; 8% afirmaram que já terem encontrado morcegos; 21% dos entrevistados